



## REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO COMERCIAL DE SUMÉ-PB: A FEIRA LIVRE ENQUANTO ELEMENTO DINAMIZADOR DA ECONOMIA DAS PEQUENAS CIDADES

Gustavo dos Santos Costa <sup>1</sup>  
Anieres Barbosa da Silva <sup>2</sup>

### RESUMO

As formas comerciais, enquanto formas socioespaciais, acompanham as transformações culturais e técnicas do modo de acumulação capitalista que, por sua vez, se caracteriza pela velocidade e mobilidade de suas interações, sob um processo constante de reconfiguração a partir da reprodução de novas intencionalidades. Este processo detém múltiplas faces que, desigualmente distribuídas no espaço, se articulam favorecendo a criação de novas alternativas de produção e circulação. Assim, diante da diversidade de manifestações derivadas deste processo, optamos por buscar compreendê-lo a partir das transformações da feira livre de Sumé ao longo do século XX. Para tanto, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: descrição da dinâmica comercial local e a coleta de relatos de comerciantes locais. Para a sistematização dos dados e das análises prévias da pesquisa foi necessário situar o objeto no contexto das políticas de distribuição e comercialização de alimentos que acompanharam a reestruturação socioespacial do território brasileiro e se interseccionaram com as peculiaridades locais. Na cidade de Sumé, observamos que a feira livre se formou associada à circulação de algodão e bovinos, ainda no século XIX, e a partir de 1950, em paralelo ao surgimento do setor supermercadista e às políticas de agricultura irrigada, a relação entre o comércio itinerante e as formas comerciais fixas perpassaram por redefinição, representando maior competitividade, resultando em uma expressiva redução de fluxos nos espaços tradicionais e a formação de novas dinâmicas.

**Palavras-chave:** Feira livre, Reestruturação socioespacial, pequena cidade.

### RESUMEN

Las formas comerciales, como formas socioespaciales, acompañan las transformaciones culturales y técnicas del modo de acumulación capitalista, que, a su vez, se caracteriza por la velocidad y movilidad de sus interacciones, bajo un constante proceso de reconfiguración basado en la reproducción de nuevas intenciones. Este proceso tiene múltiples caras que, desigualmente distribuidas en el espacio, se articulan, favoreciendo la creación de nuevas alternativas de producción y circulación. Así, dada la diversidad de manifestaciones derivadas de este proceso, optamos por intentar entenderlo a partir de las transformaciones de la feria libre Sumé a lo largo del siglo XX. Para ello, utilizamos los siguientes procedimientos metodológicos: descripción de la dinámica comercial local y recolección de informes de los comerciantes locales. Para sistematizar los datos y el análisis previo de la investigación, fue necesario ubicar el objeto en el contexto de las políticas de distribución y comercialización de alimentos que acompañaron la reestructuración socioespacial del territorio brasileño y se entrecruzaron con las peculiaridades locales. En la ciudad de Sumé, observamos que el

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [costagustavo632@gmail.com](mailto:costagustavo632@gmail.com);

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [anieres@gmail.com](mailto:anieres@gmail.com).



mercado abierto se formó asociado a la circulación de algodón y ganado, incluso en el siglo XIX, y a partir de 1950, en paralelo al surgimiento del sector de supermercados y las políticas de agricultura de regadío, la relación entre el comercio itinerante y las formas comerciales fijas se han redefinido, representando una mayor competitividad, resultando en una reducción significativa de los flujos en los espacios tradicionales y la formación de nuevas dinámicas.

**Palabras clave:** Feria libre, Reestructuración socioespacial, Pequeña ciudad.

## INTRODUÇÃO

As pequenas cidades no Brasil se destacam pela sua numerosidade. Na média nacional, eles correspondem a 70,4% do sistema administrativo, sendo ainda mais expressivo esse número nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, 77,08% e 78,85%, respectivamente (IBGE, 2010). Especialmente, as pequenas cidades se encontram distribuídas por todo o território e, com isso, também refletem as desigualdades sociais, econômicas e políticas decorrentes do próprio processo de formação do território nacional, atuando na produção de um arranjo espacial complexo em escala nacional.

Diante da preocupação de compreender a organização territorial das pequenas cidades frente às transformações técnicas que caracterizam a condição espacial contemporânea, buscamos evidenciar o papel central das feiras livres na dinâmica socioespacial destas unidades administrativas. Isso porque a centralidade que estas formas espaciais detêm possibilita compreendê-las enquanto peças-chave para o entendimento das transformações que se desenvolvem no território.

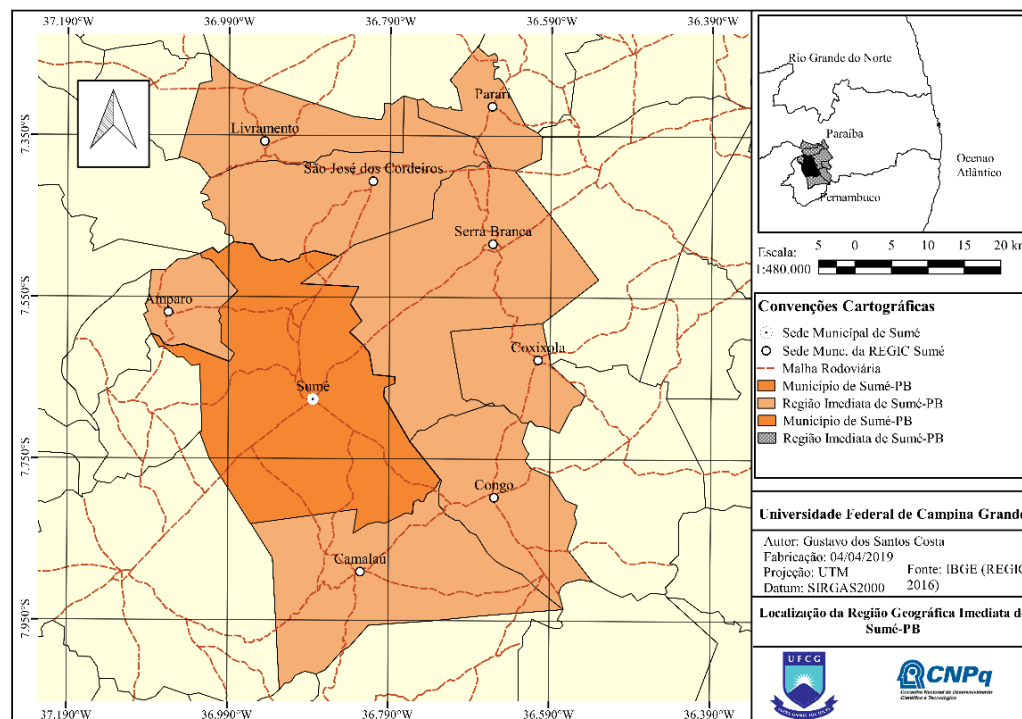
No caso das pequenas cidades do interior paraibano, como a cidade de Sumé (Mapa 1), a ausência de estudos a respeito da dinâmica socioespacial se constitui uma lacuna para compreensão do território paraibano. Trata-se de localidades que nas últimas décadas passaram por expressivas transformações em sua estrutura territorial, como a construção e a ampliação dos sistemas rodoviário e comunicacional, o que torna possível seu envolvimento em processos econômicos, sociais e culturais contemporâneos, a exemplo dos novos circuitos comerciais e produtivos. No entanto, pouco se sabe sobre o surgimento fenômenos e os respectivos impactos na dinâmica das comunidades locais, por tal razão, propomos neste trabalho compreender a relação entre a reestruturação socioespacial e as transformações da feira livre na dinâmica comercial de alimentos no município de Sumé.

Desta forma, a pesquisa objetiva estabelecer um diálogo entre o contexto socioespacial da cidade de Sumé e as transformações das formas comerciais ao longo século XX. Partindo da análise bibliográfica especializada e da elaboração de hipóteses associadas às pesquisas in loco, na qual, foram realizados contatos com os agentes estudados, resultando em um



panorama geral acerca das transformações e da formação do comércio de alimentos na referida cidade.

Mapa 1: Localização da cidade de Sumé-PB



Fonte: IBGE (2010)

Elaborado por: Gustavo Costa

Diante das análises realizadas, levantamos a hipótese de que o atual arranjo técnico, caracterizado pelo aumento da mobilidade e da fluidez das relações entre a cidade e o campo, favoreceu o desenvolvimento do setor terciário moderno, fruto das novas centralidades e da ampliação de políticas públicas, consolidando uma desarticulação econômica entre os agentes econômicos da cidade e do campo. Historicamente, esta relação se efetivou, principalmente, através da feira livre e da feira de gado do município. Contudo, as transformações em eclosão contribuem significativamente na redução do mercado dos pequenos produtores rurais, consequentemente, atingindo suas rentabilidades.

## METODOLOGIA

O materialismo histórico dialético, adotado aqui enquanto apontamento filosófico norteador, se formula a partir da compreensão da materialidade das relações sociais. Contudo, este pensamento não concebe a materialidade enquanto fim, mas, ao contrário, como meio para alcançar o conteúdo das formas. De acordo com Lefebvre (1975), o pensamento dialético deriva do pensamento formal, transcendendo e negando sua leitura, mas incapaz de ser



construído sem o mesmo. São os instrumentos formais, as fotografias, os relatos, os documentos oficiais e outras bases de informação que alicerçam a análise, sendo a dialética a habilidade de investigar, comparar, correlacionar e, a partir de proposições lógicas, refutar e contrapor a compreensão formal.

Assim, dispostos a analisar o processo de reprodução socioespacial do comércio na pequena e diante da ausência de materiais oficiais de natureza histórico-documental, buscamos, mediante a observação do objeto e da coleta de relatos, estabelecer uma correlação entre espaço, história e memória na construção de uma leitura sobre o processo de formação socioespacial do comércio de alimentos na cidade de Sumé, suas relações de cooperação e conflitos ao longo do século XX. Para a obtenção do conjunto de informações úteis ao desenvolvimento desta investigação, desenvolvemos um conjunto de procedimentos de pesquisa, tais como: revisão bibliográfica e iconográfica que se seguiu da identificação e caracterização da configuração comercial da cidade que, por sua vez, consistiu em mapeamentos e levantamento de dados obtidos em campo.

O trabalho de campo objetivou a descrição da dinâmica socioespacial do centro comercial em dias de realização da feira livre, às segundas-feiras, assim como o mapeamento das formas comerciais. Durante esta etapa foram utilizadas técnicas de descrição como a documentação fotográfica e registro das coordenadas geográficas dos empreendimentos comerciais com a finalidade do mapeamento. Somado a estes levantamentos em campo foram realizadas entrevistas com comerciantes locais, a execução das entrevistas foi orientada por uma programação previamente elaborada. A aplicação das mesmas foi realizada com auxílio de gravador de voz, com duração média de 1 hora, destinada a membros da sociedade civil, comerciantes e ex-comerciantes locais: Carlos Barros, Geraldo Odon Chaves Filho e Francisca Bezerra Duarte.

As descrições do objeto e os relatos obtidos nas entrevistas foram analisados e sistematizados a luz dos modelos e ideologias hegemônicas de governança que predominaram ao longo do século XX, amparados nas políticas territoriais estratégicas de reprodução das relações de produção e consumo como a ampliação dos sistemas viários e comunicacionais, assim como as políticas nutricionais de distribuição de alimentos.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

De acordo com Marx (2011), tanto a sociedade quanto seu modo de organização e produção social só podem ser compreendidos se considerado o modo de produção dominante, visto que as relações sociais de produção implicam, de modo significativo, na organização



política e econômica do meio social. Nesse sentido, norteados pelos pressupostos marxistas, em especial, pelo conceito de formação econômico-social, compreendemos que o arranjo espacial, enquanto resultante das relações sociais, é condicionado pelo modo de produção.

Seguindo a contribuição teórica do Marx, de acordo com Moreira (1982), os usos do espaço geográfico só podem ser compreendidos através de análises que considerem sua função no interior do modo de produção dominante. No caso do modo de produção capitalista, caracterizado pelos conflitos de classe e pela busca incessante por mais-valia, o espaço passa a ser manipulado tendo em vista a fragilização das possibilidades de frentes de resistência ao processo de acumulação e, de modo ainda mais evidente, a ampliação da exploração da força de trabalho no processo produtivo, gerando aumento da lucratividade e precarizando as formas de trabalho e a condição de subsistência da classe proletária e de grupos marginalizados, distribuídos no mercado informal. O conceito de espaço encontra no conceito de formação econômico-social a chave para uma leitura social do espaço geográfico, considerando que esta interpretação busca integrar a base material da realidade e romper dualidades como forma-conteúdo, homem-meio, centro-periferia, continuidade-descontinuidade e, como queremos destacar aqui, cidade-campo e sua reprodução nas pequenas cidades.

Uma importante contribuição neste sentido foi apresentada por Luiz Cruz Lima (2006), ao tomar como referência o conceito de reestruturação socioespacial. Para esse autor, uma das principais características do espaço geográfico é sua capacidade de reconstrução. Historicamente, o espaço sempre se regulou e se reconfigurou em concordância com as relações sociais, seus respectivos usos e funcionalidades. Todavia, na modernidade, esta capacidade se potencializa e o espaço é convocado a se reconfigurar constantemente de acordo com as demandas sociais e os interesses do capital, reconhecendo que as demandas capitalistas são sempre hegemônicas.

Segundo Lima (2006), o modo de produção capitalista é fragmentado no tempo e no espaço, perpassando, de modo desigual, por consecutivas reestruturações socioespaciais, em sua maior parte, acobertadas pelo discurso da modernização e da tecnificação. Por sua própria natureza, ao se reestruturar, mediado pela renovação do sistema técnico, o espaço tende a anular as formas espaciais que não dialogam com as relações sociais de produção vigentes.

O conceito de reestruturação socioespacial se apresenta central nas análises que propomos realizar ao longo desta pesquisa, uma vez que trataremos de compreender as transformações do papel da feira livre de Sumé na relação cidade-campo, considerando que a feira livre se reconfigura e se ressignifica em virtude das modificações em sua estrutura



econômica, espacial e política. Assim, as investigações sobre a feira livre não devem estar dissociadas do território municipal.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 1988-1951: preponderância da feira livre

Uma das primeiras descrições sobre a Vila de São Thomé que, posteriormente, se torna a sede do município de Sumé, foi elaborada por Irineu Jofilly em 1988, quando o mesmo realizava pesquisas exploratórias pelo estado da Paraíba, sendo publicadas em formato de diário no jornal republicano “Gazeta do Sertão” fundado por ele e pelo engenheiro Francisco Retumba. Em 12 de Outubro de 1888, Jofilly que havia partido a cavalo da vila de São João do Cariry com destino à vila de Alagoa do Monteiro (atual cidade de Monteiro), perpassando pela vila de Serra Branca e na manhã do dia seguinte (13 de outubro) ele se aproxima da vila de São Thomé e assim descreve:

Menos de meia legoa adiante está a povoação, edificada em forma de um grande quadrado, tendo em uma das suas faces a capella, pequena, mas de exterior agradável. São Thomé assenta á margem esquerda de um riacho, que partindo a serra Sucurú por um grande boqueirão, vem reunir-se ao rio do mesmo nome à vista da povoação. Os habitantes bebem das cacimbas feitas no leito do riacho; o rio fornece água inferior e abundante ao gado. A capella da povoação foi fundada em 1815 pelo capitão Manuel Albino de Barros; e possui um extenso patrimônio na sesmaria de Pedra Comprida, no respectivo districto. (JOFILY, 1888, p. 2)

Uma das principais críticas presentes no texto Jofilly foi sobre a ausência de instituições de ensino na localidade, sua preocupação apresentava forte coerência pois o mesmo sabia que a formação educacional básica (alfabetização) e o acesso à informação eram fundamentais para exercício da cidadania e desenvolvimento local. No entanto, para tal feito era necessário a emancipação política, uma vez que a comarca de Monteiro não iria oferecer tais instrumentos para a emancipação social de um povo que estava subordinado aos seus interesses e ao seu jogo político.

Por tais razões, a Vila de São Thomé só recebeu sua primeira instituição de ensino na década de 1930, sendo auxiliada por ações da igreja, como doações e trabalho voluntário. A igreja intensificava seu papel político e social desde a chegada do seminarista Sílvio Celso de Melo, em 1929, que se torna Capelão da Capela Nossa Senhora da Conceição. A presença da Igreja enquanto instituição política na localidade é consolidada com a criação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e a construção da Igreja Matriz, elevando Sílvio Celso ao status de Padre Paroquial. O respectivo padre era originário da cidade de João Pessoa, além de uma



liderança religiosa, o mesmo era reconhecido enquanto um líder local em virtude de sua experiência em outras localidades mais desenvolvidas, identificando problemas que deviam ser solucionados e prevenidos na vila, dentre eles, o combate ao analfabetismo.

A Igreja, desde sua primeira instalação, a capela construída em 1828, influenciou a criação de residências e junto a estas se instalaram pequenas formas comerciais, como bodegas e botequins, assim como foi determinante para o surgimento feira livre da vila que, por sua vez, era realizada em frente da capela. Espaço composto por um largo (como pode ser visto na imagem 1), onde atualmente é localizada a praça pública Adolpho Mayer. Este espaço era destinado a realização de eventos, como festividades religiosas, campanhas eleitorais, bingos, instalações de circos e a feira livre (SÍLVA, 2011).

A feira se adequava a própria morfologia da vila, era no dia da feira, até hoje realizada semanalmente na segunda-feira, que os fluxos de pessoas e capitais se intensificavam na localidade, a maior parte da população, residente na zona rural, se dirigia para feira, aquecendo a dinâmica comercial e aos poucos surgiam novas atividades econômicas que estavam para além das feiras, mas intimamente ligadas à sua dinâmica, dando forma e caráter comercial à vila.

A feira livre, por sua vez, apresentava diversos elementos que se assemelhavam as antigas feiras europeias da idade média (como também pode ser visto na imagem 1), sendo organicamente organizada pelos frequentadores. Os feirantes que não possuíam tendas se distribuía ao longo do largo buscando as sombras das casas e das árvores para se protegerem do sol causticante. Contudo, a mesma mantinha certa ordenação espacial, configurando-se por setores, com base em suas particularidades e demandas de infra-estrutura como aponta Rafael (2008):

No meio da rua vendiam-se cereais em sacas abertas e, já perto final do vilarejo, tinha o açougue, um salão grande e coberto onde se podiam comprar carnes de vários tipos. Por trás do açougue, havia pequenas salas onde se estabeleciam os hotéis, ou seja, modestos restaurantes onde os feirantes podiam almoçar e apreciar o bode, o porco, a galinha, o carneiro, além dos inseparáveis feijão macassar, farofa e batata. (RAFAEL, 2008, p. 22)

As técnicas de mercadejar utilizadas por tais agentes eram complexas, caracterizadas pela relação de confiança, lentamente construída, as pessoas precisavam ser “bem vistas” na comunidade para que pudessem comprar usando o recurso fiado<sup>3</sup>, neste sentido, os feirantes estavam sempre conectados com a comunidade, atentos a todas as novidades dos moradores locais. Por outro lado, as técnicas de quantificação das mercadorias não eram uniformes,

<sup>3</sup> Trata-se de uma prática tradicional de crédito pessoal utilizada pelo pequeno comércio.



havia produtos que não eram pesados e sim, quantificados por volume, por sua vez, podendo variar de um comerciante para outro.

A dinâmica da feira livre, associada ao crescimento populacional da Vila e a criação da “Rua Nova” (como pode ser na imagem 2), favoreceram o surgimento de formas comerciais fixas que, ao contrário das feiras, demarcam o aumento do consumo e a demanda por mercadorias. Como já foi tratado no capítulo anterior, as feiras livres, devido ao seu caráter itinerante, conseguiam se estabelecer atender a demanda de pequenas localidades, visto que o consumo se concentrava no dia de realização da feira, portanto, as formas comerciais que não detinham essa mobilidade encontravam diversas limitações para sua expansão.

Deste modo, considerando que a maior parte do consumo era demandado pelo campo, onde residia a maior parte da população, sendo o consumo, em sua maior parte, não-alimentício, as formas comerciais que surgiam tinham a necessidade de serem diversificadas, reunindo uma grande variedade de mercadorias. Tais formas comerciais eram popularmente conhecidas como Bodegas, seu formato muito se assemelha as mercearias, contudo, reuniam em sua morfologia as relações sociais locais, marcadas pelo crédito pessoal, pelas relações interpessoais e pela comercialização de bens locais: artefatos a base de couro, barro e fibra vegetal e, alimentos produzidos na região.

A partir do século XX, tais formas comerciais começaram a se expandir na localidade, como a atividade demandava de capital inicial para sua consolidação e a economia local era predominantemente agrária, parte significativa dos primeiros comerciantes eram produtores de algodão que, acompanhando este movimento de saída do campo para a cidade passaram a investir no comércio, caso do bodegueiro Antônio de França que saiu da sua propriedade na zona rural de Sumé e transfere-se para a cidade com o objetivo de desenvolver outra atividade profissional, como bodegueiro.

De acordo com Silva (2011), Antônio França ao criar sua bodega divide seu tempo e esforços entre a cidade e o campo, ensinando suas filhas e esposa as habilidades mercantis para trabalharem junto a ele no comércio. Assim, como na maioria das bodegas nordestinas, a mesma se localizava ao lado de sua residência, na qual, permitia que houvesse a possibilidade das crianças pequenas e de sua esposa tomarem conta do comércio enquanto o mesmo viajava, seja para o campo ou mesmo para outras cidades.

Segundo Silva (2011), a interação entre as bodegas e a feira livre, era composta por relações de complementaridade, as bodegas aproveitavam o dia de realização da feira livre para exporem suas novidades, pois os fluxos se intensificavam, reunindo o encontro de

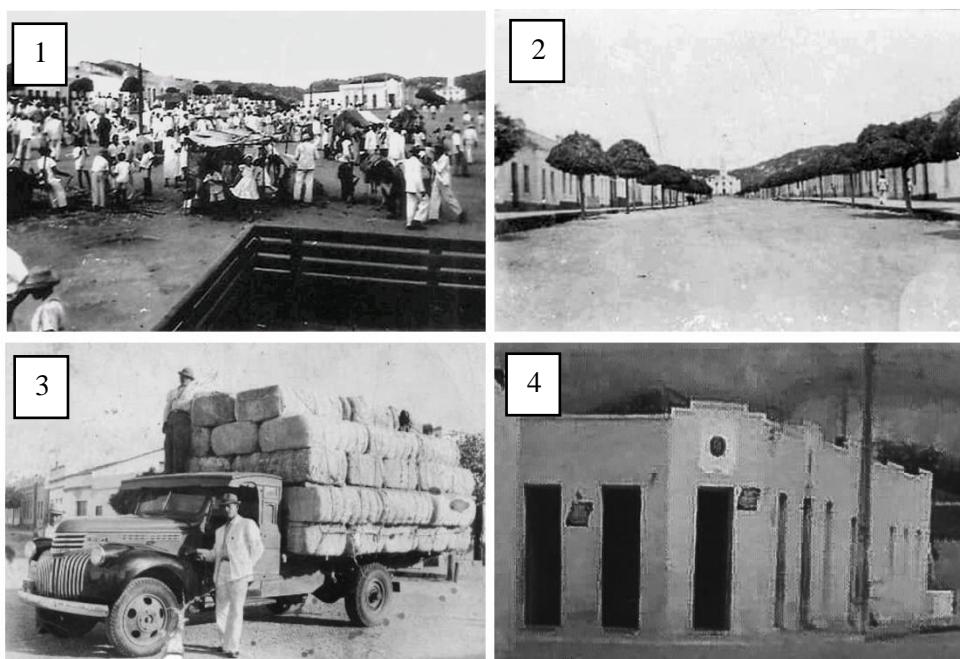




peessoas vindas de outras vilas e da zona rural do município de Monteiro. A harmonia se estabelecia uma vez que feirantes e bodegueiros comercializavam pouquíssimas mercadorias em comum, muitas vezes, os bodegueiros por possuírem caminhões (como pode ser vista na imagem 3) revendiam cereais e outras mercadorias para os feirantes e comercializavam em seus respectivos comércios apenas o que sobrava, criando uma rede de cooperação. Pois: “Afora os produtos alimentícios, as mercearias também vendiam sabão, velas e outros apetrechos domésticos, não faltando o fumo e o vinho.” (SÍLVA, 2011, p. 45-46)

Tanto a feira como as bodegas eram lugares de encontro, no caso das feiras, em virtude de capacidade de atração, reunião fluxos de localidades relativamente distantes, considerando os meios de transporte predominantes. Os homens iam encontrar seus amigos para beber “uma lapada” de cachaça e as mulheres iam encontrar suas “comadres” para colocarem “as conversas em dia”, tendo sempre um caráter de excepcionalidade. Já as bodegas, também estabeleciam estes encontros, no entanto, de modo muito mais restrito aos homens e com menos variações de fluxos, sendo frequentadas por grupos bem delimitados, como descreve Silva (2014) em seu livro sob formato de cordel: “Na semana, a latergia/ Fazia a hora um enfardo/ Quem era desocupado/ Para a bodega corria/ Vinha um aposentado/ Um pedreiro e um soldado/ Um chofer e um vigia” (SÍLVA, 2014, p. 55).

Imagem 1: Feira Livre na década de 1920; Imagem 2: A Rua nova; Imagem 3: Bodegueiro Antônio de França e seu caminhão; Imagem 4: Bodega de Severino Caetano.



Fonte: Acervo de Sonielson Juvino



A bodega do senhor Antônio de França foi apenas uma das bodegas presentes no município ao final da primeira metade do século XX. Segundo Rafael (2008), haviam diversos outros bodegueiros como, “[...] Joaquim Soares, Antonio Basílio, Severino Caetano (como pode ser visto na imagem 4), Toinho Lino, Lula Caetano, João Simeão e Severino Vilar, Higino Monteiro, [...] Zé Soares [...], João Quincas e Chico Paulino. (RAFAEL, 2008, p. 22)

Estes espaços dinamizaram a pequena cidade de Sumé, sendo fundamentais para a formação do cotidiano e da cultura urbana da localidade, tão influenciada pela dinâmica camponesa. Diante dos elementos levantados, é possível pensar como o comércio local se forma através de diálogos com a estrutura socioespacial já consolidada como a presença da igreja e do capital rural, sendo tais formas comerciais representadas em especial, pelas feiras livres e bodegas que, por sua vez, são responsáveis por dinamizar a economia e as relações sociais, além de abastecerem a comunidade local dos suprimentos básicos.

### **1952-2000: boom econômico e o surgimento das novas formas comerciais**

Em virtude da trajetória de articulações políticas em prol do processo de emancipação municipal desde o início do século XX, o candidato a Governador Estadual, José Américo de Almeida, em passagem por Sumé durante sua campanha eleitoral de 1950 conversou com líderes locais, dentre eles o farmacêutico José Farias. O mesmo confirma apoio e se compromete em elevar Sumé a condição de município. José Américo foi eleito e, no ano seguinte, 1951, uma semana após sua posse, a lei estadual 513 criava o município e a comarca de Sumé, sendo instalada em 1º de abril do respectivo ano.

Com relação à formação de uma dinâmica urbana, a emancipação política e a criação das instituições municipais foram fundamentais para a relocação do centro das decisões políticas da vila, no qual era exercido pela Igreja e a partir de 1951 passou a ser do governo municipal. Tal transformação fica evidente na Lei Municipal nº 9 de 1951, na qual prevê a criação de uma avenida central, inspirada nos boulevards dos modelos urbanísticos modernistas, com vias largas e arborizadas, na qual fora construído um conjunto de prédios públicos: a Prefeitura Municipal, o São Thomé Esporte Clube, a Praça José Américo de Almeida, o Posto Municipal de Saúde, o Hotel público e, em especial, o Mercado Público Municipal (como pode ser visto 5), com o objetivo de sediar as feiras livres semanais.

Com o objetivo de ampliar a mobilidade urbana e também “apagar” alguns traços da antiga vila que não eram interessantes para o arranjo espacial que encontravam em formação, os becos estreitos foram ampliados e para isso casas foram demolidas, interligando a setor



residencial ao novo centro comercial e administrativo que emergia. Os comércios aos poucos foram sendo relocados para o novo centro, assim como novos comércios surgiram neste novo arranjo, seguindo uma racionalidade em sua ocupação.

O respectivo processo buscou reestruturar a pequena vila, fortemente influenciada pela dinâmica do campo onde a maior parte da população tinha sua renda associada a produção agrária, em uma cidade propriamente dita, com instituições e espaços de lazer, almejando a promoção de um modo de vida urbano. Assim como analisa Silva (2011), a porção residencial da localidade (em suma, referindo-se a “Rua Nova”) foi aos poucos sendo associada ao antigo, ultrapassado, já o centro comercial e administrativo, agora em reorganização e expansão, trazia esperança através do fomento ao discurso progressista. No entanto, a década de 1950 foi difícil para a economia local, a seca de 1953 alastrou fome e miséria por todos os cantos, uma vez que a renda municipal sustentada na produção agrícola, diante de um período sem chuvas resultou na estagnação da produção de bens, circulando pouquíssimos capitais.

Parte desta população, expulsa do campo pela incapacidade das fazendas manterem seus trabalhadores em meio ao período seca, se reunia na cidade em busca de trabalho ou qualquer tipo de caridade, criando pequenas massas de trabalhadores sem alternativa de trabalho. Em dias de feira livre, este fluxo se intensificava, chegando a ocorrer saques a feirantes, tais atos ocorreram em diversas cidades nordestinas, ficando conhecidos como “Levantes Populares”.

Diante deste contexto, as atividades comerciais tiveram dificuldade de se desenvolverem, contudo, a proposta de construção do açude municipal levantada pelo DNOCS animou a população. Após a resolução de conflitos gerados no processo de definição da área de construção do açude municipal a obra foi iniciada, em 1957, sendo concluída em 1960. O açude possibilitou a expansão da agricultura irrigada, gerando empregos e abastecendo a comunidade local com bens agroalimentares, no entanto, as formas comerciais precisavam criar estratégias para se desenvolverem em uma localidade com o consumo tão reduzido, associando, em um único estabelecimento, mais de um ramo comercial, a exemplo de Carlos Barros e Elias Araújo que, associaram às mercearias ao comércio de tecidos e materiais de costura, entre outros que correlacionaram mercearia e bar entre outras combinações, em alguns casos denominando seus comércios de Mercados, formas comerciais que interrelacionavam aspectos das bodegas e dos supermercados.

Na década de 1960, após a conclusão da obra de construção do açude municipal, o processo de instalação do sistema elétrico na localidade desenvolvido pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) estava em pleno vapor (como pode ser visto na

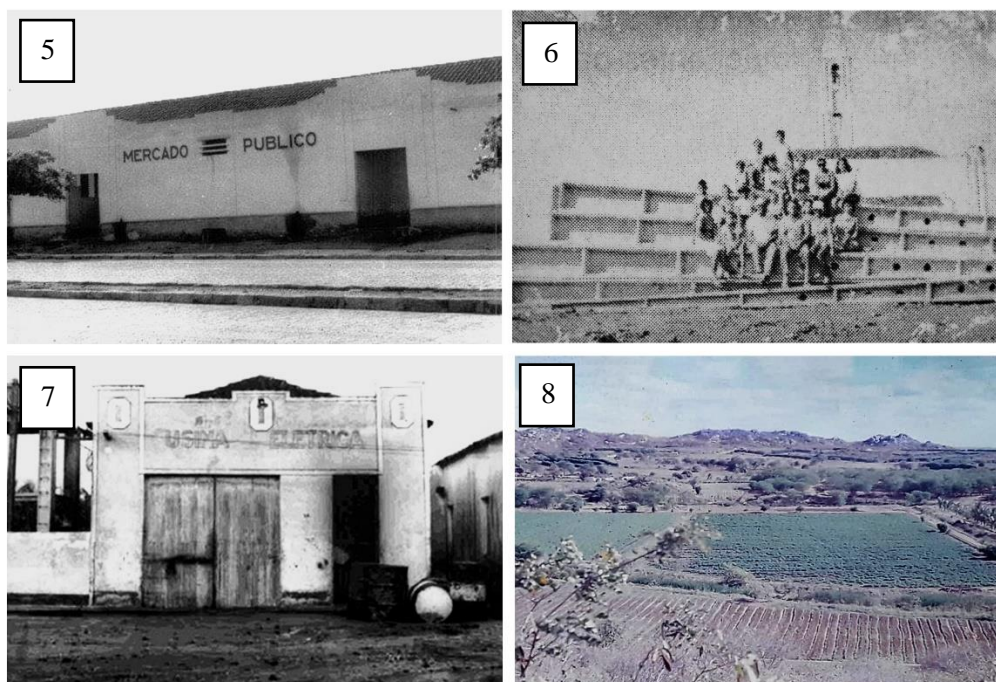


imagem 6), até meados da referida década a sede municipal era, predominantemente, abastecida por um Gerador a óleo (como pode ser visto na imagem 7).

Assim como fora tratado anteriormente, em meados da década de 1960 o DNOCS iniciou a construção do açude municipal e, posteriormente, a estrutura hidráulica, logística e residencial do Perímetro Irrigado de Sumé (PIS), complementando o trabalho de modernização desenvolvido por José Farias. As obras do PIS foram iniciadas em 1967, concluindo os primeiros lotes em 1969, desde o início das obras, a circulação de capitais se intensifica na localidade. A força de trabalho dos jovens da cidade, em quase sua totalidade, é contratada para a construção da infraestrutura: construção dos canais hídricos e das casas, delimitação dos lotes, instalação das bombas dentre outras feitorais, fundamentais para a viabilização do projeto.

Segundo Mendonça (2010), a intervenção do DNOCS no município de Sumé chamou atenção da população do Cariri paraibano, atraindo fluxos migratórios das cidades vizinhas para a localidade (como pode ser visto na imagem 8). Neste sentido, a partir de 1970 houve um crescimento significativo da economia local, apesar de não haver nenhum levantamento destes dados pelo IBGE, este fenômeno é expresso nos relatórios realizados pelo DNOCS, nos quais apontam o aumento da produção de culturas como milho, feijão, banana e, especialmente, tomate, principal bem produzido pelos perímetros irrigados (DNOCS, 2004).

Imagem 5: O Mercado Público Municipal; Imagem 6: A chegada dos postes da CHESF; Imagem 7: A Usina Elétrica de Sumé; Imagem 8: Os perímetros de irrigação.



Fonte: Acervo de Sonielson Juvino



Neste período, acompanhando a maré do crescimento econômico e do aumento dos fluxos na localidade, houve o surgimento do fenômeno supermercadista, ele ocorre através reformatação das mercearias, nas quais, observando a organização dos supermercados nas cidades de maior porte, buscam reproduzir tal lógica na pequena cidade. Até a década de 1980, a maior bodega da cidade de Sumé era o mercado Bom Sucesso. Seu proprietário, o senhor Carlos Barros, entrou na profissão ainda muito jovem enquanto funcionário de outra bodega. Contudo, em meados da década de 1950 o seu patrão decide sair do ramo e ele, por compreender o funcionamento do estabelecimento, compra o pequeno comércio.

Segundo o relato do referido bodegueiro, durante a distribuição de terrenos feita pela gestão de José Farias, o mesmo consegue uma ampla propriedade ao lado do Mercado Público Municipal, construindo relações de solidariedade com os feirantes que, por sua vez, mantinham relações de compra e venda de bens. O aumento dos fluxos a partir de 1960, gerando, por consequência, ampliação da lucratividade, implicou na expansão da atividade e na adoção de novas técnicas, aproximando-a do setor supermercadista, contudo, não se descaracterizando enquanto comércio tradicional. Como pode ser visto no relato do mesmo:

Eu comecei com uma mercearia, daquelas que o povo chama de bodega, mas foi crescendo, fui colocando meus filhos para me ajudar, quando vi já era um mercado. O nome era Mercado Bom Sucesso, por um tempo, dividimos entre mercado e loja de tecido, depois ficou só o mercado e, quando eu já estava perto de fechar, meu filho colocou um armazém de material de construção, aí dividimos o prédio da loja. Assim que começou, tinha um balcão, aí o pessoal pedia e eu mandava o ajudante ir buscar, mas depois tiramos o balcão e as pessoas entravam lá dentro e já pegava direto na prateleira, ficava até mais rápido. Nesse tempo, eu tinha uma freguesia certa, o freguês pagava uma feira e deixava a outra anotada na caderneta, tudo era movido pelo fiado, por conta disso também perdi muito dinheiro, na época da seca o pessoal não tinha condição e ficava por perdido mesmo, a maioria não tinha nem o que comer. (Carlos Barros, entrevista, Março de 2021)

Assim como aponta o ex-comerciante, apesar do mesmo inserir novas técnicas em sua atividade comercial, diversos aspectos tradicionais permaneciam, a exemplo do crédito pessoal e das relações interpessoais que caracterizavam as relações de compra e venda, uma vez que era o responsável pela loja também era responsável por comprar as mercadorias, negociando diretamente com armazéns e feiras livres. A ampliação do varejo de alimentos não ocorre apenas em virtude do aumento do consumo no local, mas em virtude da ampliação do sistema viário que, por sua vez, através da redução dos custos de transporte, viabilizou a penetração das empresas de distribuição de alimentos nos pequenos mercados interioranos. Assim, na década de 1980, já haviam na cidade dois supermercados, Supermercado São Thomé e o Supermercado d.



Neste mesmo período, as bodegas estavam aos poucos desaparecendo, a dinâmica dos supermercados possibilitava melhores ofertas, além do marketing que aos poucos estava sendo empregado, atraindo novos consumidores. Tal processo de expansão ocorria em detrimento das formas comerciais tradicionais como as bodegas, a exemplo da bodega de Sebastião Juvino (como pode ser visto na imagem 9), sendo cada vez menor o fluxo de capitais nestes estabelecimentos.

De acordo com Mendonça (2010), o crescimento econômico vivenciado pelo município de Sumé entre as décadas de 1960 e 1990, foi acompanhado por um conjunto de transformações dos hábitos cotidianos, neste período houve o início da democratização do acesso aos bens eletrodomésticos como, geladeira, fogão a gás e, especialmente aos bens com finalidades informacionais como o telefone e a televisão que, por consequência, geraram mais transformações das necessidades de consumo.

Por sua vez, as novas formas de consumo representaram novos usos do espaço que, no referido contexto, impulsionaram o processo de marginalização, ainda que de modo gradativo, das formas tradicionais de comércio. A primeira atividade a sentir de forma acentuada os impactos da expansão do setor supermercadista são as bodegas, devido a pequena dimensão destes estabelecimentos, as mercadorias eram compradas por valores maiores do que os supermercados, fazendo com que o valor da mercadoria na prateleira também fosse maior, diante disto, a concorrência com os supermercados era desigual.

A feira livre, também se constitui como uma forma comercial tradicional do setor de alimentos, no entanto, pela própria natureza organizacional da feira, com menor custo de funcionamento e maior diversidade de bens comercializados, havia oferta de mercadorias sob diversas condições e valores, tendo melhor custo-benefício do que os supermercados, principalmente, entre os alimentos perecíveis. No caso da comercialização de carnes, a cidade era quase em sua totalidade abastecida pela feira livre, consolidando sua comercialização nos supermercados e frigoríficos apenas a partir dos 1990, com a popularização dos sistemas de refrigeração.

Como relata o senhor Carlos Barros, seu mercado, não transgredia do formato tradicional das bodegas, comercializando apenas carnes que não dependiam de refrigeração como, sardinha, bacalhau, charque, entre outras. O aumento do consumo na localidade, o aprimoramento da bovinocultura e do transporte de bovinos e, a concorrência da carne bovina com a carne suína e avícola, contribuíram para a redução dos custos gerais de produção, tornando a carne uma mercadoria popular, possibilitando a descentralização da



comercialização destes bens no espaço e no tempo, havendo aumento do consumo e sua comercialização durante os demais dias da semana a partir dos supermercados e frigoríficos.

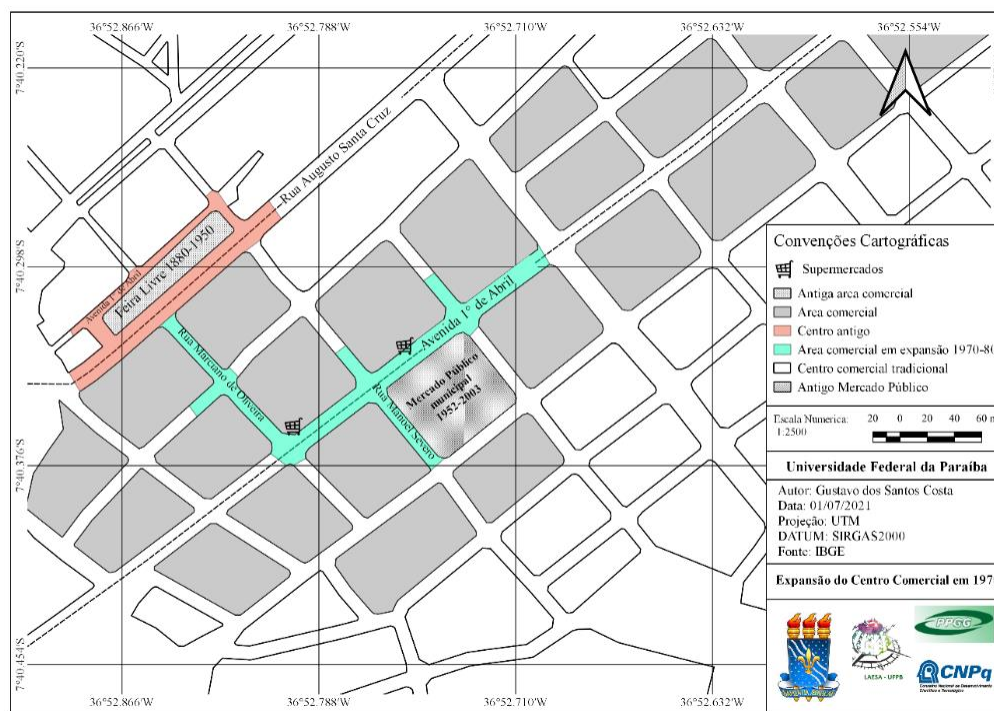
Em 1980 é inaugurado o supermercado São Thomé, criado por Elias Duarte, empresário do ramo de postos de combustível que, por sua vez, enxergou vasta oportunidade no varejo de alimentos. Segundo a senhora Severina Duarte, ex-esposa de Elias Duarte e também ex-gestora do supermercado São Thomé, o supermercado surge incorporando tendências que foram observadas na cidade de Recife, por esta razão, a compra dos equipamentos e mercadorias para o supermercado fora realizado na capital pernambucana.

A proposta do supermercado buscava se distinguir das formas comerciais já existentes, comercializando produtos industrializados, alimentícios e não-alimentícios que, normalmente, não circulavam nas pequenas cidades do interior, sendo escoados da referida capital. A comercialização de bens eletrodomésticos representa com clareza a estratégia do empreendimento de explorar as novas formas de consumo que se disseminavam no Brasil da segunda metade do século, caracterizada pela reprodução do American way of life (estilo de vida americano), no qual, tinha como pilar o setor supermercadista, mas que também estava intrinsecamente associado a indústria de bens domésticos e automotivos.

O local do supermercado era estratégico dentro organização urbana que se estruturava em Sumé desde a década de 1950, uma vez que estava situado na área de transição entre antigo centro comercial da vila de São Thomé e o novo centro comercial da avenida Primeiro de Abril, sendo próximo do mercado público e da feira-livre, assim como, dos comércios que ainda resistiam na rua Augusto Santa Cruz (como pode ser visto no mapa 2).

Ainda de acordo com o relato da senhora Severina Duarte, na década de 1980 irá surgir uma outra forma comercial sob o mesmo formato, o Supermercado do senhor Heleno Gomes, também localizado na Avenida Primeiro de Abril, em frente ao Mercado Público Municipal. As localizações dos supermercados em torno do Mercado Público Municipal (como pode ser visto no mapa 2) expressam a importância que feira tinha na dinâmica econômica local, assim, como caracteriza a lógica de localização comercial predominante na época, na qual, caracterizavam-se pelo caráter polarizador, concentrando as formas comerciais em área específica do espaço urbano.

Mapa 2: Configuração das ruas comerciais entre as décadas de 1970 e 1980



Fonte: Dados da pesquisa  
Elaborado por: Gustavo Costa

Durante a década de 1990 houve uma reorganização do setor supermercadista, surgindo novos agentes como o Supermercado Avícola Central (como pode ser visto na imagem10) e o Supermercado Barateiro que, por sua vez, traziam consigo as novas dinâmicas da atividade, em especial, a necessidade do supermercado concentrar todos os bens de uso doméstico, embora ultrapassassem o comércio de alimentos, este era, como ainda é, seu eixo central, portanto buscavam comercializar todos os bens que faziam parte de uma cesta de compras doméstica, incluindo carnes, frutas, verduras e raízes. Neste período, o Mercado Bom Sucesso Fecha suas portas, assim como o Supermercado São Tomé e o Supermercado O Feirão, até então, tidos como os principais empreendimentos do Ramo.

Ainda na década de 1990 as feiras livres detinham grande influência na dinâmica comercial das cidades interioranas. O senhor Geraldo Odon que surge na dinâmica comercial local no início da respectiva década ressalta a centralidade da feira, quando o mesmo relata a sua introdução no varejo de alimentos a partir de comercialização de carne avícola por meio da empresa Mafisa: “o supervisor da Mafisa me disse o seguinte: vai um fiscal praí para tua cidade, você tem que abrir uma empresa, tem que ser ao lado de um mercado público [...]” (Geraldo Odon, Entrevista, Junho de 2021)

Imagem 9: Bodega de Sebastião Juvino; Imagem10: Supermercado Avícola Central.





Fonte: A imagem 9 pertence ao acervo de Sonielson Juvino e a imagem 10 pertence ao acervo de Geraldo Odon

De acordo com o relato de Geraldo Odon, foi mediante o direcionamento das políticas da própria empresa que o mesmo investe em estratégias para atrair consumidores locais, um dos meios encontrados inicialmente é a transferência para o interior do Mercado Público Municipal e o uso do marketing. Contudo, apesar das estratégias organizacionais trazidas pelo comerciante, o que de fato impulsiona seu empreendimento é o valor reduzido da carne avícola, logo, gerando rápida aceitação e popularização na comunidade local, isso colabora para que logo outros itens possam ser inseridos em seu empreendimento, assim como o mesmo relata:

“No início, ainda na década de 1990, quando comecei a abater os frangos vi que precisa de algo mais, aí como eu já vendia o frango, eu mesmo abatia ele vivo, aí comecei a colocar os ovos, percebia que o frango puxava muita coisa. Aí coloquei a uma prateleira, falei com Tute [comerciante do ramo supermercadista local], aí comecei a colocar sardinha, Quitute, mortadela, também coloquei temperos como alho, cominho, coloral, cebola, tudo isso cedido pelo supermercado de Tute” (Geraldo Odon, Entrevista, Junho de 2021)

É através do comércio protagonizado pelo varejo de carne avícola é que se torna viável a criação do supermercado, uma vez que, entendendo como funcionava a distribuição e comercialização de aves, facilitava a compreensão do funcionamento de um supermercado como um todo. No entanto, como fica evidente na entrevista concedida pelo supermercadista, no entorno do Mercado Público não havia imóveis disponíveis para um novo supermercado, este fato atrasa a criação do supermercado, sendo inaugurado em um momento em que já havia outros comerciantes do ramo.

Além da imponente da feira livre, na década de 1990 já havia uma significativa concorrência do setor supermercadista, e isso dificultava o desenvolvimento de novos empreendimentos do varejo de alimentos. Segundo o supermercadista Geraldo Odon, sua estratégia de sobrevivência na atividade se deu entorno do marketing, da otimização dos serviços prestados pelos supermercados e pela comercialização de frios, nicho ainda não



explorado pelos supermercados da cidade naquele momento, ações que o mesmo identifica com pioneiras.

É diante do contexto descrito que o varejo de alimentos da cidade de Sumé encerra o século XX, com o setor supermercadista consolidado, a feira livre já deixava de ser o principal elemento de dinamização do centro comercial e as bodegas já eram inexistentes no centro comercial. Este recorte temporal é interessante de ser tratado, pois estes fenômenos abordados são a base das transformações que ocorreram no século seguinte, quando políticas como, os instrumentos de distribuição de renda, as estratégias de desenvolvimento do semiárido brasileiro e a interiorização das instituições de ensino superior passam a ser executadas aumentando os fluxos de capitais e redefinindo a dinâmica econômica das pequenas cidades do interior nordestino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A compreensão dos fenômenos espaciais contemporâneos nas pequenas cidades brasileiras ainda se constituem um desafio aos estudos geográficos, principalmente, em virtude da escassez de documentos e fontes bibliográficas sobre os objetos analisados, implicando em exercícios de aproximação com a fonte primária. Todavia, este aspecto enriquece a abordagem sobre o referido tema, uma vez que possibilita o amadurecimento de duas categorias fundamentais à pesquisa geográfica: paisagem e memória, de modo que a dinâmica do referido objeto e os próprios agentes que o compõem possam direcionar os caminhos a serem trilhados na pesquisa.

Desta forma, constatamos que, ao longo do século XX, Sumé transformou-se de uma pequena vila, sob a denominação de São Thomé, para o município com a maior taxa de crescimento da produção agrícola na Microrregião Cariri Ocidental durante a segunda metade do referido século, em virtude das políticas do DNOCS que resultaram em uma reconfiguração do território municipal e, especialmente, do espaço urbano.

Diante deste contexto, observamos o conjunto de transformações das formas comerciais que, por sua vez, acompanharam a ressignificação das formas de consumo como consequência do aumento da qualidade de vida e do poder de consumo. Tais transformações no comércio de alimentos, foram representadas pela redução das bodegas no centro comercial e aumento dos supermercados e quitandas. No que se refere à feira livre, a mesma se permaneceu como principal meio de comercialização de frutas, verduras e carnes ao longo de todo século, devido seu papel cultural e pela oferta de alimentos com melhor custo-benefício.



## REFERÊNCIAS

**DNOCS - Relatório 1974 - 2002** - MMA/MI/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação, 2004.

**IBGE. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

**LEFEBVRE, Henri. Lógica formal/lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

**LIMA, Luiz Cruz (Org). Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica.** 1ed.São Paulo: Annablume, 2006.

**MARX, Karl. GRUNDRISSE: Manuscritos econômicos de 1857-1858/ Esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

**MENDONÇA, José Ricardo Nunes. DO OÁSIS À MIRAGEM: uma análise da trajetória do Perímetro Irrigado de Sumé - PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste.** Dissertação de (mestrado em Ciências Sociais). UFCG/CG/UACS. Campina Grande- PB, 2010.

**MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar as máscaras sociais.** In: MOREIRA, Ruy (Org). Geografia: Teoria e Crítica- O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

**RAFAEL, Rita Albino. Uma chuva de memórias.** João Pessoa: Imprima, 2008.

**SÍLVA, Sonielson Juvíno. Das coisas que me precederam: Histórias da cidade de Sumé-PB.** João Pessoa: EDUEPB, 2011.